

Auxílio-alimentação: Aumento só em fevereiro

Reajuste do auxílio-alimentação dos servidores será formalizado após sanção do Orçamento de 2010 Luciano Pires A demora do governo em sancionar o Orçamento de 2010 empurrou para o próximo mês o reajuste do auxílio-alimentação dos servidores do Executivo federal. O dinheiro necessário para corrigir o benefício está reservado exclusivamente para esse fim, mas não pode ser utilizado enquanto o presidente Luiz Inácio Lula da Silva não aprovar a previsão de receitas e despesas do ano. Quando sair, o aumento terá impacto direto sobre os contracheques de cerca de 550 mil pessoas da administração direta, das autarquias e das fundações. Depois de longas negociações com os ministérios da área econômica, o Congresso Nacional separou no fim do ano passado R\$ 950 milhões dentro da peça orçamentária para atender ao funcionalismo. O dinheiro carimbado garante um aumento de 103% no valor do tíquete pago pelo Executivo. Atualmente, há quatro faixas: dependendo do estado onde mora, o servidor recebe R\$ 126, R\$ 133,19, R\$ 143,99 ou R\$ 161,99 por mês. Depois do reajuste, o vale chegará a R\$ 330. Uma vez sancionado o Orçamento, o aumento do vale-alimentação do pessoal do Executivo ainda precisará ser oficializado por meio de uma portaria do Ministério do Planejamento. No apagar das luzes de 2009, políticos da base do governo chegaram a comunicar às entidades sindicais que o texto seria publicado no Diário Oficial do último dia 1º. Como isso não aconteceu, os representantes dos servidores renovam as críticas. “Esse dinheiro que sobra o governo vai repactuar nos outros meses? Não há nem garantia de que o governo pagará o retroativo”, diz Josemilton Costa, secretário-geral da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef), advertindo que a folha de pagamentos do mês já fechou. O deputado Geraldo Magela (PT-DF), relator do Orçamento 2010, explica que a atualização do tíquete acabou postergada devido a uma série de dificuldades políticas que tumultuaram as votações em dezembro. Como o texto final enviado pelos parlamentares só chegou ao Palácio do Planalto em 7 de janeiro, o presidente Lula tem até o dia 28 para sancionar a lei orçamentária. Segundo Magela, apesar dos esforços, a correção do tíquete só deverá ocorrer mesmo em fevereiro. Qualquer ato que tenha origem no Orçamento só pode ser adotado depois da sanção”, resumiu. Ao longo das últimas duas semanas, houve quem apresentasse propostas de dividir o reajuste em duas parcelas. Isso, de acordo com Magela, não será feito. “Não há notícias de que haja divisão do reajuste”, completa. Ainda conforme o parlamentar, um possível pagamento retroativo dos valores não pagos em janeiro não está em discussão no governo. A Condsef informou que pretende reivindicar o pagamento dos valores retroativos, criticou o percentual de aumento autorizado e justificou que cobrará a isonomia entre os tíquetes pagos por Executivo, Legislativo e Judiciário. O número

ALÍVIO

Verba de R\$ 950 milhões garante 103% de alta no tíquete, cujos valores atuais variam de R\$ 126 a 161 Memória Tíquete desatualizado As mudanças no tíquete pago pelo Poder Executivo, que está congelado desde 2004, começaram a ser discutidas no início de 2009. Naquela época, a Secretaria de Orçamento do Ministério do Planejamento mobilizou a área técnica para cruzar dados da inflação acumulada e o custo da alimentação fora de casa. As propostas não chegaram a ser concluídas. Com o agravamento da crise, os planos foram engavetados. Só voltaram à tona com as discussões do Orçamento. As entidades sindicais ligadas aos servidores exigiam a equiparação com o Legislativo e o Judiciário, o que elevaria o valor para R\$ 600 por mês. Essa reivindicação foi duramente atacada pela equipe econômica, que autorizou o Congresso a negociar um reajuste bem mais modesto e que tivesse impacto financeiro inferior a R\$ 1 bilhão. Foi o que acabou sendo feito. (LP) Veja entrevista com o relator do Orçamento, deputado Geraldo Magela, no Blog do Servidor

Sindsep/MA realiza Encontro de Mulheres na Região Tocantina

O Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Estado do Maranhão (Sindsep/MA) realizou no último dia 15 de janeiro, o I Encontro de Mulheres Trabalhadoras no Serviço Público Federal, da região tocantina. O Encontro foi mais uma mobilização do Sindicato na busca de lutar contra as desigualdades que teimam em existir no mercado de trabalho, com uma atenção especial no que tange o respeito à questão de gênero.

São Luís—Em Outubro de 2009, o Encontro foi realizado em São Luís e teve uma resposta muito positiva por parte das trabalhadoras no serviço público federal da capital, que participaram de forma maciça do evento e começaram a traçar esse caminho de sucesso que o evento mostrou ser capaz de fazer em suas próximas edições.

Continuidade dos Encontros de Mulheres – Estão programados para o dia 29 de janeiro, o I Encontro de Mulheres

Trabalhadoras no Serviço Federal, nas regiões do Mearim e da Baixada. “É muito importante que nessas duas regiões a presença das nossas companheiras seja tão positiva quanto nos outros encontros realizados, pois dessa forma nos coloca em grande vantagem em relação à busca de extirpar essa diferença entre gêneros, já que o Sindsep/MA prega a isonomia entre os servidores”, afirmou Raimundo Pereira, Presidente do Sindsep/MA.